

# Instituições democráticas precisam de consolidação

JOSÉ ALVARO MOISÉS

A pergunta da Folha comporta duas dimensões distintas, ainda que quem toma a reflexão como forma de compromisso com o seu tempo e com



a sua sociedade não tenha, necessariamente, de optar drasticamente entre uma ou outra, como se a escolha de "a" implicasse a completa exclusão de "b". No caso, supondo que (a) corresponde à dimensão analítica, isto é, envolve a escolha de um modelo interpretativo sobre a sociedade, os seus processos objetivos e as articulações que eles comportam entre si; e que (b) refere-se à dimensão volitiva, ou seja, relaciona-se com a aposta que cada um de nós faz sobre o nosso destino comum como povo e como nação, a resposta não é nada simples. Nos limites do tempo e do espaço que tenho, gostaria apenas de sugerir duas abordagens preliminares para o tema.

1) No plano da análise, há bons indícios que levam a crer que a sociedade brasileira deste final de século está mais imune que no passado às irrupções políticas populistas, ou seja, baseadas em mobilizações massivas das populações rurais recém-chegadas aos grandes centros urbanos, apoiadas numa relação plebiscitária entre o líder e as massas e na qual a mediação fundada no pluralismo e na competição partidária quase não tem lugar.

Depois de passar, nos últimos 25 anos, por um processo amplo e

contraditório de modernização, a sociedade brasileira de hoje é mais complexa tanto na sua estrutura social, como nas formas de expressão e de representação das reivindicações de sua população. O principal resultado desse processo é o crescimento e o amadurecimento disso que, nos anos da "resistência", se convencionou chamar a sociedade civil, ou seja, o segmento que reivindicou e reivindica a democratização da política.

Uma sociedade mais moderna, mais complexa e, sobretudo, mais organizada politicamente pareceria se constituir em solo pouco fértil a novas investidas do populismo. No entanto, não é bem assim: Brizola e Jânio estão aí e, ainda que as pesquisas mais recentes feitas na região da Grande São Paulo, por exemplo, indiquem que eles perdem de longe para os candidatos do PT e do PSDB (por definição, candidatos antipopulistas), dou de barato que eles representam, cada qual à sua moda, um risco visível de involução política.

Isso se deve, a meu juízo, a fatores que apenas posso enunciar aqui. A modernização econômica e social não representa, necessariamente, modernidade no plano de política. Em vários sentidos, o período da Nova República recolocou na ordem do dia velhas práticas políticas como o clientelismo, o favoritismo e o privatismo (quem se esqueceu do "é dando que se recebe"?). Em última análise, apesar da sua evolução recente, no Brasil o sentido da República ainda está por ser con-

quistado: o público ainda é objeto de deliberação privada e, mesmo no caso dos partidos políticos, é nítida a sua resistência em assumirem a responsabilidade pública que decorre de suas funções de governo (o exemplo mais típico sendo o do PMDB).

Por isso, no plano da análise, acho que o mais prudente seria responder simplesmente "Talvez!" à pergunta da Folha. Afinal, como sabemos, mesmo as sociedades que dão sinais positivos de mudanças rumo à modernidade não estão excluídas da possibilidade de processos autofágicos de reversão passadista. A história não é irreversível e nada garante, por exemplo, que no Brasil não possa ocorrer, por lamentável que seja, o que aconteceu na Argentina alguns anos atrás: uma involução irresponsável rumo ao atraso e ao passado.

2) Os argumentos anteriores me conduzem ao outro plano, o da aposta política. Quando o diagnóstico indica que a modernização ainda não chegou ao plano da cultura política, não há como evitar o terreno que se refere ao papel e à responsabilidade dos atores políticos. Num país em que o primeiro governo pós-autoritário joga o papel que tem jogado o governo Sarney, esfacelando com a sua ação a credibilidade da população nas instituições democráticas, só uma vigorosa estratégia de construção democrática pode evitar a reversão passadista. Se o processo de modernização, por um lado, e a generalização da reivindicação da democracia, por outro, são condições necessárias a

essa ação, não são suficientes.

Como intelectual e como cidadão, posso não desejar o retorno do populismo no Brasil porque ele envolve um forte componente de personalização das relações de poder e, como bem sabemos, isso é elitista, autoritário e descarta, inteiramente, a cultura política democrática que exige responsabilidade pública dos governantes em face da sociedade. Mas essa consciência e essa paixão política não substituem a ação que se faz necessária e que cabe aos atores, em especial, aos partidos políticos. No final das contas, eles têm de dizer a que vieram. Senão, o espaço será ocupado por líderes personalistas e irresponsáveis.

Por óbvio que isso possa parecer, é necessário repeti-lo. Em ano de eleições presidenciais, quem quiser sustentar uma estratégia coerente de construção da democracia no país terá de enfrentar essa exigência: definir, com toda a clareza possível, os seus projetos para o país, envolvendo tanto as questões de fundo (economia, reformas sociais), como as questões que dizem respeito ao enraizamento das instituições democráticas na sociedade. Isso sim poderá se constituir em novo fator para a consolidação da democracia e, dessa forma, inocular de vez a sociedade das tentações autoritárias como o populismo.

JOSÉ ALVARO MOISÉS, 44, cientista político é presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), vice-chefe do Departamento de Ciência Política da USP e autor de "Cenas de política explícita".